

---

## MARXISMO E QUESTÃO MILITAR

---

---

## MARXISMO E QUESTÃO MILITAR

---

O pensamento marxista sobre a questão militar tem sido, por um lado, enfrentado com um certo retraimento — e não só em Portugal; por outro tem sido tratado de modo mais ou menos deliberadamente superficial ou parcial. Sendo aqui impossível um suficiente aprofundamento da problemática, em parte devido a limitações de espaço, procurar-se-á chamar a atenção para alguns dos aspectos fundamentais e respectiva localização bibliográfica.

Em primeiro lugar é necessário ter em consideração que não existe uma teoria marxista da instituição militar separável da teoria marxista do Estado.

Convém também chamar a atenção para a necessidade de uma leitura diacrónica dos clássicos marxistas, pois só uma visão do itinerário do seu pensamento pode revelar-nos as linhas fundamentais, já que por vezes a evolução verificada é de tal ordem que deixaria desconcertado quem não tivesse em conta que a própria instituição militar se encontrava, entre fins do século passado e inícios do presente, em fase de transformação e de definição do seu papel político.

Por último é fundamental não descuidar o enquadramento histórico, ou mesmo político-conjuntural da produção marxista sobre a questão. Assim a teoria engelsiana sobre a violência<sup>(1)</sup> poderia parecer surpreendente se não recordássemos que homens tão diferentes como Comte, Byron, Hegel, Zola, consideravam a violência — a guerra — no mínimo um mal necessário ou até, como Proudhon, «o fenómeno mais sublime da vida moral».

### 1. *O movimento operário perante as Forças Armadas e a guerra. Marx e Engels*

Desde a criação das primeiras organizações operárias que o problema da guerra constitui um dos pontos constantes das preocupações da nova

---

(1) F. Engels: *Anti-Duhring*, Editori Riuniti, 1968, p. 169-196.

classe proletária. As massas trabalhadoras pareciam então indissociáveis o terrível fenómeno da guerra e a própria existência de exércitos. A este início remonta a conhecida tradição antibélica e *antimilitarista* do movimento operário, mas também a persistente tendência *antimilitar* que se tornou característica, principalmente, das franjas anarquistas e radicais, como o foi, por outro lado, dos intelectuais iluministas burgueses, contribuindo para alimentar uma certa confusão causa-efeito no tratamento da questão militar.

A primeira organização operária europeia, a National Union of the Working Class and Others (1831), reivindicou desde logo «o despedimento do exército, máquina de despotismo». Em sua substituição e com fins exclusivamente defensivos propunha-se a criação de uma «guarda nacional» de tipo miliciano.

Por seu lado, a Carta dos Direitos da Humanidade, redigida por um dos futuros dirigentes do Movimento Cartista, Bronterre O'Brien, exigia o fim das guerras e propunha que os conflitos entre nações fossem resolvidos em congressos anuais a realizar alternadamente nos vários países.

É neste contexto, que hoje nos parece politicamente ingénuo e teoricamente confuso, que Engels e Marx exprimem as suas primeiras opiniões sobre assuntos militares, embora a convicção, proclamada no Manifesto Comunista, de que a luta de classes é o motor da história deixasse já bem delineado o caminho que os dois teóricos iriam seguir.

Marx pouco se refere a temas militares — essa tarefa pertencia a Engels denominado pelos amigos «o general», ou «o ministro da guerra de Manchester», devido aos seus amplos conhecimentos na matéria. Sucede mesmo que alguns dos artigos aparecidos com o nome de Marx — mais conhecido — no «New York Daily Tribune» são concebidos por Engels. No entanto, as teorias de Marx sobre as classes sociais e sobre o Estado enformam não só as análises de Engels sobre temas militares como as de todo o pensamento marxista posterior.

Desde Engels que o materialismo histórico liga a organização da violência ao Estado. Engels relaciona a criação de uma força armada com o aparecimento de classes sociais: a divisão da sociedade em classes torna impossível a organização armada autónoma da população. Esta força armada é, juntamente com a divisão dos cidadãos segundo o território, um dos caracteres distintivos do Estado — Estado que nasceu para permitir que os antagonismos de classe não impedissem o desenvolvimento das sociedades

humanas <sup>(2)</sup>. Engels supera assim a visão corrente, filosoficamente idealista, que era a de interpretar «moralmente» a existência de exércitos — ou do Estado. O Estado — que não existe sem uma força armada própria — é visto como uma necessidade social, embora eliminável num futuro, longínquo, desenvolvimento da Humanidade.

Quanto a Marx, ao analisar os acontecimentos dos finais da década de 40 e a gestação e eclosão de guerras que levariam à formação de Estados nacionais fortes, e concretamente a propósito do caso francês, punha em evidência o processo de centralização do poder do Estado, que a «república parlamentar se viu constringida a reforçar na sua luta contra a revolução» <sup>(3)</sup>. Esta máquina cada vez mais aperfeiçoada, este gigantesco edifício — nota Marx — torna-se o principal objectivo de todas as forças que empreendem a luta pelo poder.

Neste contexto de consolidação do Estado burguês desenvolve-se e adquire peso, o que em terminologia marxista actual é denominado aparelho repressivo.

Ao pôr em foco as contradições que descortina no seio da burguesia, Marx descreve os seus efeitos sobre a organização militar e sobre o papel que o exército se atribui.

Marx individualiza um fenómeno ao qual tem sido atribuída grande importância na literatura marxista: o *bonapartismo*. Numa situação de alternância inoperante das várias facções da classe dominante no governo, pode surgir um novo absolutismo que se propõe como violento mediador: o bonapartismo, que tem como ponto fundamental, precisamente, a preponderância das Forças Armadas.

Em relação ao papel das Forças Armadas e a propósito do recurso que então se fazia ao estado de sítio, Marx antecipa observações particularmente pertinentes sobre os perigos da intervenção militar: a instauração do que hoje denominaríamos «ditadura militar». Chamados a intervir para «tranquilizar» a situação, e assumindo «periodicamente as funções de juiz e de administrador, de tutor e de censor, de polícia e de guarda nocturno», os militares «não deveriam, finalmente, chegar à conclusão de que era

---

<sup>(2)</sup> F. Engels: *L'origine della famiglia, della proprietà privata e dello Stato*, Editori Riuniti, Roma, 1972, p. 200-201.

<sup>(3)</sup> K. Marx: *Il 18 Brumaio di Luigi Bonaparte*, Editori Riuniti, Roma, 1974, págs. 73-75, 108-109, 204-220.

melhor salvar a sociedade de uma vez para sempre, proclamando o próprio regime como forma suprema do regime político e libertando a sociedade burguesa da preocupação de se governar a si própria?» (\*).

A Comuna de Paris (1871) representa, na luta do proletariado pelo poder, um momento de viragem tática: a derrota do espontaneísmo.

A insurreição seguiu-se a uma derrota militar nacional (guerra franco-prussiana), ocorrência que se repetiu o número de vezes suficiente para que mais tarde se viesse a constatar uma correlação positiva entre os dois tipos de acontecimentos: derrota militar e insurreição. No caso francês, a derrota do exército regular causou a derrocada do edifício militar tradicional: em crise as normas de disciplina, o ordenamento hierárquico, toda a organização, em suma. Restava confiar no *élan* popular, apelar para a *levée en masse* estilo Primeira República, apostar para perder, no peso dos factores subjectivos.

A Comuna de Paris teve contudo a vida necessária para iniciar uma alternativa à máquina militar tradicional. É suprimido o exército permanente, regular, que é substituído pela milícia — a Guarda Nacional. É a primeira tentativa para realizar uma das teses programáticas da Associação Internacional de Trabalhadores (AIT): armamento geral do povo.

No entanto o aparelho militar da Comuna sofreu uma pungente derrota. Para isso contribuíram, além das razões de natureza técnica — falta de equipamento e de armas —, as evidentes deficiências organizativas reveladas no mau aproveitamento do poder de fogo da artilharia que havia à disposição. Verificaram-se ainda outros inconvenientes ligados ao próprio sistema da milícia: as unidades da Guarda Nacional, distribuídas pelas várias zonas correspondentes aos locais de residência e de trabalho dos seus elementos, tinham fraco poder de mobilidade. Acontecia que muitos milicianos eram hostis ao seu afastamento desses locais, privilegiando a defesa das próprias casas e bairros em detrimento de uma tática global.

A alternativa milícia-exército permanente é questão que irá pôr-se com insistência durante décadas ao movimento operário.

Para as organizações operárias o problema assumia fundamentalmente dois aspectos. Por um lado, evitar as enormes despesas militares (propor-

---

(\*) K. Marx: *Il 18 Brumato di Luigi Bonaparte*, Editori Riuniti, Roma, 1974, págs. 73-75, 108-109, 204-220.

cionalmente superiores às actuais, nos países europeus), que iam pesar sobre o nível de vida dos trabalhadores. Por outro, assegurar o carácter defensivo nacional dos exércitos, de modo que estes não fossem instrumentalizados pelas classes dirigentes contra o ascender da nova classe proletária.

A experiência da Comuna tinha ainda evidenciado a necessidade de uma análise mais aprofundada da questão militar.

É no *Anti-Duhring* que Engels apresenta a primeira, circunstanciada, análise materialista histórica da instituição militar. Segundo Engels, o armamento, composição, organização táctica, e estratégia militares dependem em cada época do nível, diríamos hoje, técnico-científico das respectivas sociedades, que por sua vez depende do nível de desenvolvimento económico global dessas sociedades.

Engels assinala como momento fundamental da história militar a introdução do serviço militar obrigatório, imposto pela Revolução Francesa — que, no entanto, em breve era transformado num recrutamento aparentemente obrigatório a que os ricos se esquivavam mediante o pagamento a substitutos (em Portugal, as famigeradas «remissões» que provocavam artigos indignados na «Revista Militar»); só a Prússia aplicou plenamente o recrutamento geral obrigatório, que foi um dos factores do seu triunfo sobre a França — e só depois da guerra franco-prussiana foi realmente adoptado a nível europeu.

As últimas décadas do século XIX eram os anos do florescimento económico da Alemanha e da afirmação do militarismo bismarckiano. A lei de guerra do Império, planeada por Bismarck de modo a assegurar o incremento da militarização da Alemanha, encontrou no Reichstag a oposição dos deputados do Partido Social-Democrata Alemão (PSDA).

O militarismo é visto como «um resultado inevitável do sistema governamental e social dominante». A tese de Bismarck, que sustentava que apenas com um reforço do armamento se pode assegurar a paz, era fortemente criticada por levar à corrida aos armamentos por parte dos vários governos. No entanto, o apelo do PSDA na campanha eleitoral de 1887 vincava que o antimilitarismo não quer dizer renúncia à defesa nacional. Pelo contrário, exigia-se «o treino de toda a nação no uso das armas, a criação de um exército popular de que façam parte todas as forças do país para a defesa».

Por seu lado Engels preocupava-se seriamente com as consequências da escalada da agressividade militarista. Também em 1887, escrevia as que mais tarde foram chamadas «palavras proféticas»: «para a Prússia-Alemanha não há outra possibilidade de fazer uma nova guerra que não seja a mundial. E seria uma guerra de grandeza desconhecida até agora (...). Entre oito e dez milhões de soldados se aniquilarão mutuamente e além disso devorarão toda a Europa (...). Fome, epidemias, selvajaria generalizada, tanto das tropas como das massas populares, como consequência de uma aguda miséria»<sup>(5)</sup>. Em cartas a A. Bebel (1886) e a Lafargue (1889) Engels exprime grande apreensão sobre os reflexos catastróficos que uma tal guerra teria sobre o movimento operário.

A guerra seria inevitável, segundo Engels, a menos que fosse travada a progressão militarista. A solução estaria na passagem gradual dos exércitos permanentes a exércitos de milícia. É a tese que Engels defende numa série de artigos publicados em 1893 e reunidos sob o título «A Europa pode desarmar?», onde apresenta por assim dizer uma proposta concreta de reconversão dos exércitos permanentes em milícias, nos diferentes países europeus.

## 2. A Segunda Internacional

No Congresso Socialista de Paris que, em 1889, marca o início da Segunda Internacional, a questão militar representava um dos pontos mais importantes da discussão, de que deveria sair a atitude a tomar pela nova organização perante o militarismo e o perigo de guerra.

As posições de princípio, sobre as quais todos os participantes estavam de acordo, pouco diferiam das «tradicionais» da AIT: a guerra como resultado do modo de produção capitalista, o socialismo internacional como única condição capaz de assegurar a paz mundial, etc.

A mesma concordância não se verificou pelo que dizia respeito às atitudes concretas, tácticas, a adoptar pelo movimento socialista. As diferentes posições em relação ao exército representam no entanto apenas um aspecto da polémica, mais profunda, no seio da Segunda Internacional, entre os que consideravam possível a passagem do capitalismo ao socialismo de forma

---

<sup>(5)</sup> F. Engels: *Introdução ao folheto de Borkheim sobre os patriotas de 1806-7* in F. E., *Temas Militares*, Ed. Estampa, Lisboa, 1976, p. 531.

pacífica e gradual, e os que, convencidos de que a burguesia não deixaria o poder sem uma luta violenta, combatiam a primeira tendência como oportunista.

A primeira tendência, através de Schippel e Bernstein, ataca a reivindicação da milícia como alternativa ao exército permanente. Bernstein pronuncia-se contra a ideia do armamento geral do povo, que não considera condigna do socialismo. Partindo embora de uma análise bem diferente também Kautsky acaba por chegar a posições semelhantes. Segundo Kautsky a força dos exércitos é tal que ao movimento operário não resta outra hipótese que a da luta com meios legais — o PSDA não deve portanto fazer propaganda no exército.

No entanto, Kautsky considerava necessária a luta antimilitarista e alertava para o facto que «a política do armamento agrava cada vez mais os antagonismos entre as nações... Para cada governo, o progresso dos armamentos a este ritmo precipitado torna-se cada vez mais insuportável mas nenhuma das classes dominantes procura a culpa de tudo isto na política mundial que elas próprias conduzem. Não podem vê-la nessa política porque ela constitui o último refúgio do capitalismo. Assim cada um atribui a culpa ao outro, os alemães aos ingleses, os ingleses aos alemães. Todos se tornam cada vez mais agitados e suspeitosos, o que constitui um estímulo para a prossecução da corrida aos armamentos com fúria cada vez maior, até ao ponto em que isto significará: melhor um fim de terror do que um terror sem fim» (\*).

Perante o perigo real de guerra, realiza-se em Stuttgart, em 1907, o Congresso Extraordinário (VII) dos Partidos Socialistas, em que o ponto central da discussão é precisamente a luta contra o militarismo e a guerra. No Congresso, em que participam Bebel, Jaurès, Hervé e Lenin, emergem divergências, principalmente entre a esquerda revolucionária já liderada por Lenin e, por um lado, os anarquistas, por outro, os revisionistas. Lenin que definia as propostas dos anarquistas (greve geral para evitar a guerra) como «uma loucura heróica», classificava por outro lado de «cobardia oportunista» as posições de Noske e Vollmar, que consideravam inútil a luta contra a

---

(\*) K. Kautsky: *La via al potere*, Laterza, Bari, 1969, págs. 150-155.

guerra, defendendo portanto que a Alemanha se devia preparar devidamente para esta eventualidade.

Sem entrar na questão da polémica sobre a quem cabe a responsabilidade de ter facilitado o avanço do nacionalismo e do militarismo na Alemanha, convém no entanto sublinhar que foi precisamente a questão militar que constituiu o detonador no desmembramento da Segunda Internacional.

Já no Congresso de Essen (1907) a divisão da social-democracia alemã parecia evidente e só as diligências de A. Bebel conseguiram protelar a ruptura. Mas, primeiro com a prisão e condenação de Liebknecht pelo seu escrito «Militarismo e antimilitarismo» — além do mais criticado por Bebel no Reichstag — e depois, finalmente com a aprovação dos créditos de guerra por parte do PSDA (1913 e 1914), a fractura da social-democracia alemã atinge proporções que se impõem na Internacional.

#### *A esquerda da Internacional*

A luta antimilitarista é, na Alemanha, conduzida pela ala esquerda da Internacional. Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, acusados de antipatriotismo, acabam assassinados devido ao seu activismo. Ao corajoso antimilitarista francês Jean Jaurès coubera, pouco antes, o mesmo trágico fim.

O peculiar socialismo de Jaurès não se integra porém em nenhuma corrente marxista, ficando portanto fora do âmbito do nosso tema. No entanto não queremos deixar de mencionar um ponto fundamental que ressalta do pensamento do socialista francês, através das suas propostas organizativas para o novo exército: Jaurès identifica na separação entre o exército e a sociedade a característica básica e necessária da instituição militar burguesa (?).

No exigente contexto da social democracia alemã é lógico o esforço teórico de Rosa Luxemburg, Karl Liebknecht e Franz Mehring no sentido de fundamentarem as suas posições políticas sobre a questão do militarismo e da guerra. É assim da esquerda da Segunda Internacional que nos chegam

---

(?) J. Jaurès: *L'Armée Nouvelle*, Editions Sociales, Paris, 1977, cap. XIV e XV.

os contributos teoricamente mais elaborados referentes à análise marxista da instituição militar de então.

Rosa Luxemburg já em 1898 dedica um capítulo de «Reforma Social ou Revolução?» ao tema «política alfandegária e militarismo»<sup>(9)</sup>.

Enquadrando-a na sua teoria do imperialismo, Rosa Luxemburg põe em relevo a tríplice função do militarismo no processo de desenvolvimento capitalista: 1) Instrumento de luta pelos interesses «nacionais» em concorrência com outros grupos «nacionais»; 2) O principal modo de investimento seja para o capital financeiro seja para o capital industrial; 3) Instrumento do domínio de classe interno sobre a população operária.

O mérito de Rosa Luxemburg neste âmbito, segundo os especialistas, consiste em ter realçado o aspecto económico da questão, insistindo precisamente sobre o papel desempenhado pelas despesas em armamento: «um mercado adicional, destinado a assegurar à produção capitalista uma procura que garante solubilidade»<sup>(9)</sup>.

Mais tarde, Rosa Luxemburg retoma a sua reflexão sobre o papel económico do militarismo na obra «Acumulação do Capital». As mais importantes funções do militarismo seriam, por um lado, a de permitir o ampliamiento do mercado mundial através da colonização de outros continentes; por outro, a de permitir a realização de mais-valia, isto é, a de constituir «um campo de acumulação».

Paralelamente à análise luxemburguiana, perspectivada segundo critérios prevalentemente económicos, e aliás bastante criticada no próprio campo marxista, a esquerda da social democracia alemã proporciona-nos sobre o tema militar análises de perspectivação claramente política como as de Karl Liebknecht e de Franz Mehring.

Liebknecht dedica à questão toda uma obra, «Militarismo e Antimilitarismo», em que se parte do princípio que o militarismo não é um fenómeno específico do capitalismo mas um aspecto comum a todos os ordenamentos sociais classistas<sup>(10)</sup>.

No entanto, na sua análise, o socialista alemão investiga e descreve as várias funções da instituição militar na sociedade capitalista da sua época.

(9) R. Luxemburg: *Scritti scelti*, Einaudi, Torino, 1975, págs. 92-134.

(9) Lelio Basso: Introdução a R. Luxemburg — *Scritti politici*, Editori Riuniti, Roma, 1967, p. 57.

(10) K. Liebknecht: *Scritti politici*, Feltrinelli, Milano, 1971, p. 81.

Para além da função de «defesa externa», identifica uma função interna que considera fundamental: a defesa do ordenamento social dominante, efectuada através da repressão directa ou indirecta (uso de soldados para substituir grevistas, inculcação ideológica reaccionária ao longo do serviço militar, etc.).

Quanto à questão milícia-exército permanente, Liebknecht considera a própria existência de exércitos permanentes uma ameaça para a paz, porque prepararia uma casta de pessoas para a guerra, desde a infância. Liebknecht numa interessante antecipação à recente definição de «complexo militar-industrial» chama a atenção para o perigo representado pelos «profissionais da guerra» e pelos fornecedores de armamento, «estritamente emparentados com as mais altas instâncias do Estado» e que «têm grande influência sobre as autoridades às quais respeita formalmente decidir da guerra e da paz»<sup>(1)</sup>. Além disso, Liebknecht aponta nos «poderosos interesses expansionistas da indústria e do comércio, que podemos definir interessados numa guerra vitoriosa», um perigo para a paz.

Entre os pensadores marxistas da sua época, Franz Mehring faz a análise mais pragmática, embora hoje escassamente conhecida, sobre o tema milícia-exército permanente.

Mehring refere a oposição dos pensadores iluministas burgueses à «epidemia» — como dizia Montesquieu — dos exércitos permanentes e explica porque é vã essa campanha: os estados modernos têm necessidade imprescindível de exércitos regulares; estes são, aliás, os únicos que no sistema capitalista dão garantias de eficiência. Washington, que reconhecia as vantagens que lhe tinham sido oferecidas pela organização de tipo miliciano (guerra de independência americana) ansiava por ter à sua disposição um exército permanente. Pelo lado europeu, Carnot referindo-se às milícias afirmava: «Nada resiste ao seu primeiro assalto, mas logo que este se verifica difunde-se por toda a parte um afrouxamento da ordem, e se o inimigo devesse voltar, dependeria de ele fazer uma carnificina total.» Com efeito, em 1793 consegue organizar um exército eficiente mas só através da fusão com os velhos regimentos.

---

<sup>(1)</sup> Idem, p. 144 e seguintes

Mehring pela primeira vez na análise marxista historiciza devidamente o problema da organização militar enfrentando também o aspecto disciplinar. «Milícia ou exército permanente é uma questão de organização de exércitos, e a alma de toda a organização é a disciplina. Considerada no plano puramente teórico, a disciplina da milícia, a disciplina que brota da mais estreita comunidade de trabalho e de vida é infinitamente superior à disciplina dos exércitos permanentes, à disciplina obtida com os meios da instrução militar e do rigor.» Mas Mehring sublinha que essa comunidade de trabalho e de vida «só se pode criar através do desenvolvimento histórico; onde este falta, a milícia é inferior ao exército permanente»<sup>(12)</sup>.

As propostas de Engels em «A Europa Pode Desarmar?» pecariam assim, para Mehring, do optimismo característico do período em que foram expressas, enquanto qualquer milícia organizada pela burguesia teria necessariamente um cunho de classe oposto ao da desejada milícia socialista.

Uma avaliação global da importância de Mehring na história do pensamento marxista deverá sublinhar nele o peso do conhecimento das formulações de Clausewitz — nomeadamente a famosa relação guerra-política — de que o socialista alemão representa uma mediação para Lenin<sup>(13)</sup>.

### 3. A Terceira Internacional

#### *A Revolução Russa*

Se o movimento socialista alemão — com Engels, Rosa Luxemburg, Liebknecht, Mehring — produziu, no âmbito marxista, as teorizações mais elaboradas sobre a questão militar na sua época, o marxismo russo — com Lenin e Trotsky —, confrontado com a preparação e defesa da revolução, é fortemente marcado pelo impulso exercido pela *praxis* sobre a teoria, num espaço histórico em que pela primeira vez se proporcionava a verificação de propostas e ideias que, sobre as Forças Armadas, as organizações europeias do proletariado vinham defendendo desde o século anterior.

<sup>(12)</sup> F. Mehring in F. Battistelli: *Esercito e società borghese* — antologia — Savelli, Roma, 1976, págs. 231-140.

<sup>(13)</sup> Ver C. A.: *L'Influenza del Von Krieger di Clausewitz sul pensiero marxista da Marx a Lenin*, in *Rivista Storica del Socialismo*, 1965, n.º 25 e 26.

Toda a actuação de Lenin em relação às Forças Armadas se baseia na convicção de que elas constituem, do ponto de vista interno, um instrumento na luta de classes: na fase de contenda entre burguesia e proletariado pelo poder há que subtrair esse instrumento à influência exclusiva da burguesia. Daí a importância atribuída por Lenin ao trabalho político no exército, confirmada pela insurreição de 1905 com os exemplos de Odessa e do couraçado «Potemkin».

A visão das Forças Armadas como um instrumento leva a abandonar um determinado tipo de organização, mais democrático — a milícia —, como um fim em si. Na questão milícia-exército permanente, Lenin, como Mehring, sublinha que a instituição da milícia por si só não oferece quaisquer garantias ao proletariado. Em suma, não é o tipo de organização e respectivas regras internas que definem o papel político — progressivo ou não — das Forças Armadas mas sim o modo de relacionamento civil-militar, ou seja, a direcção e actuação política real das Forças Armadas.

Aliás, a reivindicação de uma milícia de tipo proletário, capaz de servir os interesses da nova classe é possível apenas em situações objectivamente avançadas do ponto de vista revolucionário. É o caso da Rússia meses antes da revolução de Outubro: criavam-se nas fábricas milícias operárias pagas pela própria administração, enquanto consideradas serviço público — zona de Nizhni - Novgorod.

A passagem do «ideal» da milícia em constatação da necessidade de um exército permanente, regular, foi no entanto, na Rússia da revolução, uma transformação de certo modo dolorosa.

A guerra que enfuriava pela Europa envolvia a Rússia, malgrado a vontade e as necessidades do novo poder revolucionário, a braços com ingentes problemas económicos, sociais e políticos internos. Só a frente de combate russo-alemã tinha cerca de 1500 quilómetros. A única força capaz de resistir organizadamente às ameaças externas era ainda, apesar de tudo, o velho exército cujo corpo de oficiais não oferecia qualquer garantia de fidelidade ao novo governo. A experiência militar dos bolcheviques reduzia-se praticamente à experiência insurreccional, inadequada à complexidade organizativa requerida por umas Forças Armadas a nível de Estado.

A tarefa de construção de novas Forças Armadas adequadas à transição para o socialismo revelava-se particularmente laboriosa. Perante os quadros do partido que se opunham à criação de um exército permanente por ser este a forma organizativa típica da burguesia, Lenin argumentava

que «a questão não é a da forma de organização militar, mas a da sua essência social e do seu objectivo, os quais se determinam pelo sistema social» (14).

O objectivo político é, afinal, o que determina a caracterização dos exércitos, como das guerras. Lenin considerava, como Clausewitz, que «a guerra é a continuação da política por outros meios» (15) e que, portanto, o carácter revolucionário ou reaccionário de uma guerra depende «de qual a classe que conduz a guerra, de que política a guerra é a continuação» (16). Assim, uma guerra de libertação *nacional* não só é possível (ao contrário do que considerava R. Luxemburg) como revolucionária; uma guerra que é o prolongamento de uma política imperialista é uma guerra reaccionária, por mais «democráticas» que sejam as normas de disciplina militar do exército que a conduz.

As vicissitudes por que passaram as Forças Armadas da jovem república soviética foram numerosas e complexas, até ao fim da Grande Guerra e da Guerra Civil. Sucessivamente, os anos de transição do Exército Vermelho para a situação de paz caracterizaram-se por uma laboriosa discussão teórica política, em que se distinguiram Trotsky e a chamada «oposição militar».

No seu cargo de dirigente do Conselho Militar Revolucionário, Trotsky teve também que enfrentar os defensores da organização guerrilheira, hostis ao exército permanente, acusando-os de sustentarem uma «manifestação do pensamento político e da falta de reflexão da «inteliguénzia» pequeno-burguesa» (17). No entanto Trotsky, mais tarde, na discussão sobre a construção do novo exército era defensor da passagem ao sistema miliciano.

A reforma militar de 1924-25 decidia a transição para o sistema misto de construção do exército: territorial e regular. A necessidade de reduzir as despesas militares face à prioridade atribuída à criação da indústria pesada levou a que, em finais de 1925, mais de metade de todas as divisões de Infantaria tivessem passado ao regime territorial (ou miliciano).

---

(14) Yuri Korabliov: *Lenin, criador das Forças Armadas da URSS*, Ed. Progresso, Moscovo, 1976, p. 54

(15) V. I. Lenin: *Il programma militare della rivoluzione proletaria in Opere Scelte*, Editori Riuniti, Roma, 1970, págs. 673-683.

(16) V. I. Lenin: *La rivoluzione proletaria e il rinnegato Kautsky in Opere Scelte*, págs. 1179-1184.

(17) J. Ellis: *Os exércitos na revolução*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1976, p. 81.

Trotsky, destituído do seu cargo no CMR em 1925 (substituiu-o Frunze) e seguidamente afastado do país por Stalin, fará mais tarde, na obra «Revolução Atraiçoada» <sup>(16)</sup>, uma sua interpretação crítica sobre a evolução do Exército Vermelho. Trotsky, que tinha sido acusado de querer subtrair o exército ao controlo do poder político, acusa por sua vez Stalin de pretender afastar o exército da população, ao impor a redução do número de divisões territoriais, aproveitando a subida de Hitler ao poder. Medidas como a reintrodução dos graus hierárquicos — que se sobrepueram à patente revolucionária de Soldado do Exército Vermelho —, a substancial melhoria da situação económica e social dos oficiais, são vistas por Trotsky como formas destinadas, por Stalin, a «restabelecer o corpo de oficiais em todo o esplendor burguês». De um ponto de vista diferente, Tukachevsky, então chefe do efectivo do exército, sustentava que «o restabelecimento de graus criava uma base mais estável para os quadros do exército».

Sem discutir se as críticas de Trotsky a Stalin são ou não fundamentadas (mas também sem esquecer a repressão que entre 1936 e 39 se abate sobre o Exército Vermelho em proveito pessoal de Stalin) podemos, no entanto, relevar os factos seguintes:

- Coexistência do sistema regular e do sistema de milícia, embora com crescente predomínio do primeiro sobre o segundo.
- Aumento do peso social do corpo de oficiais e paralela aproximação e identificação política entre élites civis e militares.

A soma global é, a nível das relações civil-militares, o controlo civil-político sobre o elemento militar.

### *O antifacismo europeu: Togliatti e Gramsci*

A partir da «Marcha sobre Roma», entra em rápida incubação o movimento fascista que sob várias formas irá alastrar pela Europa, constituindo desde logo um perigo antioperário reconhecido em geral pelas organizações marxistas.

---

<sup>(16)</sup> L. D. Trotsky: *La rivoluzione tradita*, Savelli, Roma, 1972, págs. 192-206.

No entanto é muito controversa a linha adoptada pela Internacional para obstacular o avanço do fascismo, principalmente pelo que se refere ao VI Congresso (1928). Sob a influência de Stalin é sancionada a categoria do social-fascismo, aplicada às organizações sociais-democratas que tinham ficado ancoradas à Segunda Internacional. Prevalece a linha sectária que define como inimigo mais perigoso a social-democracia e, no seio desta, a ala esquerda. Assim, nos anos sucessivos, a política da Terceira Internacional é marcada pela tática da «classe contra classe» e pela tese do «social-fascismo», de que resulta uma forte hostilidade contra qualquer tendência de esquerda não comunista e consequente fragmentação das forças a opor ao fascismo cuja força acaba por ser subavaliada.

As teses do VI Congresso pelo que diz respeito ao exército decalcam as já tradicionais da luta contra o militarismo mas, por outro lado, apresentam aspectos ambíguos. Todas as reivindicações democráticas parciais feitas pelo proletariado nos Estados imperialistas devem ter como finalidade não a «democratização» do exército mas a sua «decomposição»<sup>(19)</sup>. Sublinha-se a nova tendência, mesmo nos países paladinos do serviço militar obrigatório, para a formação de exércitos profissionais. Apesar de se reconhecer que o serviço militar obrigatório oferece certas garantias ou vantagens, o VI Congresso recomenda que os comunistas, num Estado burguês, não devem defender a aplicação deste sistema de preferência ao outro. Mau grado se reconheçam algumas dificuldades chegam-se a alimentar ilusões derivadas de uma interpretação mecanicista da realidade: dado que os exércitos profissionais são constituídos principalmente por «elementos proletários (desempregados) e camponeses pobres», isso constituiria uma base útil para «trabalhar a massa destes soldados» em vista de ganhar parte da instituição militar para a causa do proletariado.

Com a subida ao poder dos nazis na Alemanha, a orientação da Internacional (Komintern) é posta sobre o fogo de duras críticas no seio do movimento comunista. O relatório de Dimitrov ao VII Congresso (1935), atacando o sectarismo dos partidos da Internacional e a subavaliação do perigo fascista, assinala uma viragem histórica, assumida depois pela organização comunista internacional. O segundo relatório — sobre a guerra e as tarefas

---

(19) F. Battistelli, op. cit., págs. 291-303. Ver também Aldo Agosti — *La Terza Internazionale*, Editori Riuniti, Roma, 1976, págs. 973 e seguintes.

da Internacional — é apresentado por Togliatti, que integra o discurso de Dimitrov numa perspectiva concreta em que o principal objectivo do momento é considerado a luta pela paz.

O dirigente comunista italiano identifica duas características como fundamentais nos exércitos burgueses da época: por um lado, a sua natureza de massa; por outro a tentativa de controlo sobre ele através da fascização, com a qual a burguesia procura neutralizar a contradição ínsita na natureza de massa do exército.

Depois de um breve período em que os teóricos militares europeus acalentaram a tese de que a guerra poderia ser conduzida apenas por pequenos exércitos profissionais fortemente armados, nota Togliatti, voltam a impor-se os exércitos de massa. Tarefa dos comunistas deve ser a de conduzir no exército um trabalho de massas com o fim de opor o exército ao fascismo. Assim, concretamente, segundo Togliatti, é necessário lutar para a democratização do exército, com a extensão aos soldados de todos os direitos políticos, na convicção de que a «livre expressão da vontade dos soldados não poderá senão obstacular os planos de guerra da burguesia e do fascismo»<sup>(20)</sup>. Não se trata portanto de uma reivindicação que visa apenas a instauração formal de certas regras democráticas — em que converge com análogas reivindicações da esquerda não marxista — mas que tem também como objectivo dar peso, na instituição militar, à vontade política dos soldados que, como trabalhadores fardados, representariam os interesses da paz.

A viragem marcada pelo VII Congresso, no sentido de uma abertura face às organizações democráticas burguesas irá consubstanciar-se na criação de frentes populares contra o nazi-fascismo. A nova política encontra forte apoio por parte do grupo do PCI, onde emergia a figura de Gramsci então encerrado nas prisões fascistas, o que o não impediu de elaborar, nas condições mais adversas, uma obra teórica geralmente considerada a mais rica do marxismo europeu ocidental. Na reflexão gramsciana a questão militar ocupa um espaço teórico importante — pela atenção que Gramsci lhe dedicou e pela influência que exerce sobre as análises marxistas posteriores.

---

(20) P. Togliatti: *Opere*, Editori Riuniti, Roma, 1973, págs. 793-797.

No quadro da sua pesquisa sobre as relações de força e sobre a questão da hegemonia, Gramsci procura compreender o papel dos militares nos períodos de crise orgânica, ou seja, de crise de hegemonia da classe dirigente <sup>(21)</sup>. Quando as instituições *representativas* dos grupos sociais (partidos) deixam de ser reconhecidas como tal por parte dos próprios representados criam-se situações de conflito não só no âmbito dos partidos mas em todo o organismo do Estado. É nestes períodos de crise motivada não só por causas económicas mas sobretudo políticas — que residem na falência do projecto de direcção por parte das classes dirigentes e/ou no crescimento revolucionário dos movimentos de massa — que se reforça o poder e o peso político da burocracia civil e militar, da Igreja e da alta finança, em prejuízo dos tradicionais organismos de expressão política (partidos). Segundo Gramsci, ao examinar estas situações muitas vezes não se avalia devidamente o factor burocrático civil e militar, pois seria necessário conhecer não só os elementos componentes, de facto, da burocracia civil e militar, mas as camadas sociais em que essa burocracia é habitualmente recrutada. Gramsci identifica, na Europa do seu tempo, a pequena e média burguesia rural como o principal estrato social de proveniência da burocracia militar e civil. E o peso do elemento militar na vida do Estado depende não só da importância do factor técnico-militar, mas da «influência e peso da camada social em que o elemento técnico-militar (especialmente oficiais subalternos) tem a sua principal origem» <sup>(22)</sup>.

A razão do apego e aptidão do pequeno e médio burguês rural à burocracia civil e militar é localizada por Gramsci em parte a nível das superestruturas derivantes da forma de produção agrícola. Por outro lado, as relações intra-burguesas levam as camadas pequena e média a exercerem a sua influência sobre a «classe alta» através da penetração no aparelho militar.

Particularmente fecunda do ponto de vista político-militar é a formulação de Gramsci sobre o *cesarismo*. Interessado na compreensão do fenómeno que leva ao aparecimento de uma *figura carismática*, Gramsci pensa que o cesarismo exprime uma situação de impasse, em que as forças em luta se equilibram de tal modo que não existe possibilidade de vitória de

---

(21) A. Gramsci: *Noterelle sulla politica del Machiavelli*, in *Quaderni del Carcere*, Einaudi, Torino, págs. 1602-1613.

(22) A. Gramsci, op. cit., p. 1605.

uma delas, mas de destruição de ambas. Neste caso, pode intervir uma terceira força, «cesarista» como aconteceu na Itália depois da morte de Lorenzo il Magnifico ou no mundo antigo com as invasões dos bárbaros <sup>(23)</sup>.

Mas a intervenção desta força, se é sempre uma solução arbitrária, nem sempre tem o mesmo significado histórico. Pode vir no sentido de favorecer o triunfo das forças progressivas, mesmo impondo o preço temporário de certas limitações e compromissos — é o «cesarismo progressivo»; se vai no sentido de apoiar as forças regressivas, trata-se de «cesarismo regressivo». Ao primeiro caso pertencem César e Napoleão I; ao segundo, Napoleão III e Bismarck.

Gramsci no entanto observa que «cesarismo» é «uma fórmula polémica-ideológica e não um cânone de interpretação histórica», e pode assumir vários aspectos, inclusive o de uma «solução cesarista mesmo sem um César, sem uma grande personalidade «heróica» e representativa». Perante a instalação do fascismo na Europa, Gramsci vê «o cesarismo moderno mais como policial do que militar». (Pelo que diz respeito a Portugal, poderíamos classificar, talvez, o salazarismo de cesarismo *regressivo* de tipo policial, e a intervenção do MFA de cesarismo *progressivo* de tipo militar.)

O marxista italiano não descuida a reflexão sobre o aspecto técnico-militar malgrado as dificuldades postas pela falta de dados. Já lhe é claro que «a técnica militar, em alguns dos seus aspectos, tende a ser independente do conjunto da técnica geral e tornar-se uma actividade à parte, autónoma» <sup>(24)</sup>. Daí, uma transformação substancial: até à Guerra de 14-18, a potência militar de um Estado podia calcular-se na base da potência económica (industrial, agrícola, financeira, técnico-cultural); depois da guerra este cálculo já não é possível, pelo menos com igual exactidão. A Gramsci faltam os exemplos concretos para ilustrar esta ideia mas hoje podemos completá-la, citando os casos bem conhecidos de alguns dos principais produtores de petróleo. Meios financeiros excepcionais, que não correspondem a um equivalente desenvolvimento económico nacional, permitem que certos países possuam armamento superior ao de outros bastante mais desenvolvidos.

Ao considerar a obra de Gramsci não podemos no entanto perder de vista que a reflexão (particularmente rica sobre a história italiana) tem como

<sup>(23)</sup> A. Gramsci, op. cit., págs. 1619-1622.

<sup>(24)</sup> Idem, págs. 1622-23.

objectivo estabelecer qual a acção dos comunistas nas particulares condições do ocidente capitalista, onde o poder se exprime não só a nível do Estado, da «sociedade política», mas fundamenta-se no predomínio de classe, estrutural e superestrutural, exercido a nível da «sociedade civil». O poder torna-se também uma questão de hegemonia.

Neste contexto, a novidade gramsciana consiste não só em ter acentuado a importância do factor ideológico em relação à hegemonia, mas em ter aberto o caminho para a interpretação dos múltiplos papéis desempenhados pelo próprio aparelho repressivo. Que a Escola ou Igreja funcionassem como difusores da ideologia dominante era facilmente constataável. Mas que a instituição militar e o aparelho repressivo representassem fonte e reduto ideológico na criação e reprodução do *consenso*, é questão, lançada com Gramsci na reflexão marxista, que deixará de ter como tarefa apenas considerar os problemas inerentes à necessidade de tornar fisicamente neutro o «elemento armado», passando a atender também às questões postas pela instituição militar como organismo social, dotado de uma própria especificidade.

*Maria Carrilho*

Licenciada em Sociologia pela Universidade de Roma  
Bolseira do INIC